

IMAGIOLOGIA NACIONAL: AUTOGNOSE EM PESSOA

ANDREIA MIRIAM FERNANDES

UNIVERSIDADE ABERTA DE LISBOA

Resumo: Na ótica lourenciana, a imagiologia nacional deriva da literatura, que permite indagar e avaliar a cultura, contribuindo para a consequente autognose nacional, sendo que, neste âmbito, o contributo do Modernismo na interpelação de Portugal é fundamental. No caso da literatura portuguesa destacam-se duas vertentes associadas à representação da existência nacional: uma ligada ao passado e outra projetada para o futuro. A interpelação de Portugal por Fernando Pessoa, na *Mensagem*, pretende resgatar o subconsciente nacional da imagem desfocada através da conquista de uma nova visão do mundo por via da utopia. Assim, na *Mensagem* conjugam-se os dois ritmos da existência nacional, pois a reflexão sobre o passado associa-se a uma projeção para o futuro, com a perspectiva mítica a combater a visão deturpada por via do patriotismo, já que a salvação mítica, reconverte a imagem nacional.

Palavras-chave: Pessoa, imagiologia, autognose, mítica

Abstract: In Eduardo Lourenço's view, national imaging derives from literature, which allows us to investigate and evaluate culture and, thus, contribute to the resulting national autognosis; in this context, the contribution of Modernism in the interpellation of Portugal is essential. In the Portuguese literature, two ways stand out in the representation of the national existence: one associated with the past and the other projected towards the future. Fernando Pessoa's interpellation of Portugal, in *Mensagem*, aims to rescue the national subconscious from the blurred image through the conquest of a new vision of the world through utopia. Thus, in *Mensagem*, the two rhythms of national existence are combined, as the reflection about the past is associated with a projection into the future, with the mythical perspective deconstructing the distorted vision through patriotism as mythical salvation changes the national image.

Keywords: Pessoa, imageology, autognosis, mythical

“A imagiologia portuguesa é quase exclusivamente centrada sobre imagens de origem literária...naquelas que por uma razão ou por outra alcançaram uma espécie de estatuto mítico.”

Eduardo Lourenço, Labirinto da Saudade (18)

A imagiologia nacional

A imagiologia literária centra-se no estudo da identidade na literatura, podendo incidir na autoanálise, isto, é, na representação da identidade nacional na literatura. A literatura surge temporalmente marcada, permitindo uma abordagem diacrónica ou sincrónica, que contribui para uma análise integral e ampla, já que, para além de uma representação temporalmente marcada, a literatura também acarreta a memória coletiva do passado.

A nível diacrónico assume-se uma perspetiva horizontal, ou seja, a análise da conceção da imagiologia nacional ao longo do tempo, enquanto a nível sincrónico se aponta para uma perspetiva vertical, que incide numa determinada obra ou período literário específico. A conjugação das duas perspetivas resulta numa representação da conceção identitária nacional em todo o processo de produção literária, identificando visões positivas ou negativas, imagens reais ou distorcidas, similitudes ou diferenças.

Assim, a literatura é uma forma de expressão cultural, representando a imagiologia da nação, já que contribui para a autognose nacional. Na ótica lourenciana, a literatura é a “expressão real de toda a cultura superior” (Lourenço, “Europa” 13), pois permite indagar a cultura, encerrando a preocupação com o tema da identidade/identificação nacional e problematizando a relação entre o escritor e a Pátria. Deste modo, Eduardo Lourenço considera que a literatura encerra dois ritmos na existência nacional: o da vontade épica e o dos delírios e sonhos, pelo que a autognose sobre o modo de ser português e o destino pátrio se traduz numa imagem desfocada.

Apesar de Eduardo Lourenço considerar preponderante a capacidade crítica sobre a questão identitária, viabilizada através da literatura, a autognose sobre o modo de ser português e o destino pátrio traduzem-se numa imagem irrefletida devido à ausência de autocritica. Logo, pertence mais ao domínio da vivência do que da reflexão, o que inviabiliza a definição política, territorial ou cultural. Como a cultura é avaliada através da literatura, o processo de análise do estatuto cultural é fulcral na autognose assim como o espírito crítico sobre a imagem que se cria, daí que a análise lourenciana encerre a consciência crítica da imagiologia portuguesa.

A análise lourenciana traduz uma imagem nacional hipertrofiada, isto é, uma visão desfocada que os portugueses têm de si próprios e da sua posição no mundo, que deriva de uma postura de alheamento e desinteresse, pois a nossa identidade está descentrada face ao essencial e desfasada face à imagem que temos de nós próprios e que os outros têm de nós. Assim, a avaliação perspectiva-se de forma subjetiva e unilateral porque não há análise crítica nem questionação rigorosa.

A imagem nacional oscila entre dois ritmos diferentes: a autodepreciação e a autoconfiança excessiva, porque da mesma forma que “imagens positivas abundam...imagens negativas também não faltam” (17), o que se traduz numa “confusão das máscaras com o rosto verdadeiro”, ou seja, no “irrealismo prodigioso da imagem que os portugueses fazem de si” (17). Apesar da “fixação onírica e irrealista numa epopeica imagem de nós mesmos” (Piedade, “Contornos” 348), Portugal não tem “problemas de identidade nacional propriamente ditos” (Lourenço, “Europa” 17), mas tende antes a confundir a particularidade com a universalidade, no que à identidade diz respeito.

O modo de ser português define-se ainda pela “vértebra supranumerária”, visto que nos caracterizamos por uma vertente megalómana, pois “somos um povo de pobres com mentalidade de ricos”, já que a tendência é para vivermos “acima das nossas posses” (Lourenço, *O Labirinto* 128). Deste modo, coloca-se a questão da imagem que criamos enquanto reflexo da nossa existência ao longo dos séculos e por influência dos contextos, como por exemplo “na época moderna em que essa existência foi submetida a duras e temíveis privações” (18).

Eduardo Lourenço considera como premente a renovação da imagem essencialmente negativa derivada da crítica feroz presente nas produções literárias anteriores ao Modernismo, pelo que reconhece a necessidade da redenção utópica preconizada por Pessoa através da recriação de um futuro com base na imagem do passado.

Em Portugal, o Modernismo sobrevalorizou a existência poética em relação à realidade, pelo que “a importância única da geração de «Orpheu» reside nessa aceitação sem limites da seriedade da poesia, ou, se se prefere, da poesia como realidade absoluta” (52, 53). Assim a Geração de Orpheu caracteriza-se pela “não-identidade” grupal, visto que eram “muito estranhamente diferentes uns dos outros... (sem) a opinião política, religiosa, literária, artística, filosófica, científica” (Negreiros 2), sendo o elo de ligação os valores, o individualismo ou a originalidade marcadamente excêntrica.

Assim, a literatura tem como objetivo “descobrir quem somos e o que somos como portugueses” (Lourenço, *O Labirinto* 109), com a Geração de Orpheu a desempenhar um papel primordial na reflexão sobre o modo de ser português, nomeadamente Fernando Pessoa. Na *Mensagem* tenciona-se recriar a visão da realidade com a alteração da “imagem, ser e destino” de Portugal (86), reinventando Portugal, na missão poética e patriótica, em que o mito do Quinto Império é a conversão do irrealismo em mito.

A autognose em Pessoa

A incapacidade de adaptação ao espírito moderno que se fazia sentir por toda a Europa, com o progresso a não corresponder ao desenvolvimento cultural, contribui para uma crise profunda. A este sentimento alia-se o contexto histórico como o Ultimato, o Regicídio e a República que contribuíram para o acentuar da instabilidade económica, social e política. Deste modo, a interpelação de Portugal é feita no sentido de entrar em cisão com os padrões oitocentistas e consecutivamente com a crise de valores, pelo que a eclosão do Modernismo permite questionar a realidade, interpretar o mundo e insurgir socialmente numa perspetiva de colocar Portugal ao ritmo da Europa, contemplando o passado.

Num mundo em crise, representa-se a desintegração do indivíduo que pode ser superada através da escrita e agressividade porque “a modernidade é uma tradição polémica que desaloja a tradição imperante, qualquer que esta seja; porém desaloja-a para, um instante após, ceder lugar a uma outra tradição, que, por sua vez, é outra manifestação momentânea da actualidade” (Pessoa, “O meu intenso” 7).

Assim, urge reivindicar a originalidade absoluta e eclética, anulando os modelos anteriores, que se consubstanciam no desejo de universalidade e de rutura com o passado, numa perspetiva de se concretizar no futuro, visto que “não somos portugueses que escrevem para portugueses; somos portugueses que escrevem para a Europa, para toda a civilização; nada somos por enquanto, mas aquilo que agora fazemos será um dia universalmente conhecido e reconhecido” (Pessoa, “O sentido” 121), pelo que se pugna pela unidade entre o passado e o presente e pela compreensão do destino de Portugal através da “consciência definidamente portuguesa do Universo” (122).

A *Mensagem* é uma obra simbólica, ocultista e esotérica, que se enquadra na vertente do nacionalismo místico, daí que na “Nota preliminar”, Pessoa explicita as qualidades necessárias ao intérprete, ou seja, a simpatia, a intuição, a inteligência, a compreensão e a graça, pois deve

evidenciar a capacidade de entrar em sintonia com o símbolo, de entendimento, análise e decomposição do símbolo, de relacionar o símbolo com outras matérias e de revelar o superior incógnito.

Pessoa assume o “desejo de ser um criador de mitos, que é a tarefa mais alta que pode obrar alguém na humanidade” (Pessoa, “O meu livro” 179-180), pelo que a *Mensagem*, enquanto poema épico-lírico, versa a ideia de predestinação nacional concebida numa perspetiva de quimera ou mítica de um Império que não pertence ao mundo terreno e palpável, mas que se realizará divinamente. O carácter messiânico é também corroborado pela epígrafe: *Benedictus Dominus Deus Noster Qui Dedit Nobis Signum* (Bendito Deus Nosso Senhor Que Nos Deu O Sinal).

A *Mensagem* está estruturada em três partes, que representam as três etapas do Império Português, isto é, o “Brasão” simboliza o nascimento, o “Mar Português” representa a Realização e Morte e o “Encoberto” significa o Renascimento. Assim, a primeira parte reflete sobre o mito da criação da pátria, como se de uma cosmogonia se tratasse, até ao fim da mesma, por via de um cataclismo mítico; a segunda parte representa a consagração nacional através do mar e a terceira parte aponta para a esperança de um messias que salvará a pátria.

Para além da organização em partes, a obra também se divide em cantos, o que lhe confere simultaneamente um significado histórico e épico, já que a organização em partes consagra a história da nação em três fases distintas e a dos cantos acrescenta o pendor épico em que se pretende celebrar o passado, refletir sobre o presente e projetar o futuro, por via da exaltação de heróis ou de eventos históricos significativos e da mitificação.

Ao pendor épico acresce a simbologia numérica, sendo que a primeira parte é composta por cinco cantos, que representam as partes do brasão, e tem dezanove poemas, cujo número aponta para a unidade e o início; a segunda parte comporta doze cantos, com um poema em cada um, o que representa a perfeição cíclica e a plenitude; e a terceira parte engloba treze poemas distribuídos por três cantos, com o treze a representar a mudança e transição e o três a perfeição.

Deste modo, até a numerologia associada aos cantos e aos poemas reitera a ideia subjacente à estrutura tripartida, ou seja, o início representa a fundação da nação, a perfeição cíclica, o percurso que conduz à plenitude alcançada com a expansão marítima e a mudança, a necessidade de encontrar uma alternativa ao declínio.

A primeira parte, o “Brasão”, consagra o estudo heráldico do escudo ou brasão português em cinco cantos, correspondentes às cinco partes do símbolo heráldico. Nesta parte evocam-se os heróis fundadores de Portugal, que tanto na perspetiva mítica como na real,

apresentam uma visão simbólica da identidade nacional portuguesa ao evocar mitos (Ulisses), reis (D. Afonso Henriques, D. Dinis e D. João I) e heróis (Afonso de Albuquerque e Nuno Álvares) que consubstanciam a grandeza da nação.

O canto primeiro, “Os Campos”, é o símbolo do espaço de vida e de consolidação do reino, sendo o poema “O dos Castelos” a figuração mítica de Portugal na Europa e no Mundo, assumindo-se a grandiosidade como civilização ocidental enquanto “O das Quinas” aponta para a missão sagrada de Portugal numa dimensão espiritual.

O canto segundo, “Os Castelos”, apresenta-se como símbolo de proteção e das conquistas dos heróis, com o poema “Ulisses” a representar o mito necessário à criação da realidade; “Viriato” como símbolo de heroísmo, aponta para a existência futura de um povo com as mesmas características do fundador da Lusitânia. “O Conde D. Henrique” surge como fundador do Condado Portucalense e de um reino cristão exemplar; “D. Tareja” representa o início da primeira dinastia, pois assume-se como mãe de Portugal, com vista à criação de um Portugal novo, em que o futuro se constrói com base no presente e nas lições do passado; “D. Afonso Henriques” é o fundador do reino; “D. Dinis” aparece como rei trovador que construiu as bases para os Descobrimentos, “D. João o primeiro” inicia a dinastia de Avis e representa o instrumento da vontade de Deus e “D. Filipa de Lencastre” é mãe da Ínclita Geração e apresentada como “Madrinha de Portugal”.

No canto terceiro, “As Quinas”, representam-se as cinco chagas de Cristo que, por via do sofrimento, conduzem à libertação, por isso o poema “D. Duarte” apresenta o rei que se sujeita à vontade de Deus; “D. Fernando” é evocado como herói, que estava predestinado a sofrer em nome da fé; “D. Pedro” é louvado pela coerência, clareza e persistência na conquista material e espiritual; “D. João, Infante de Portugal” apesar de não assumir a preponderância dos seus irmãos, também teve o seu lugar no mundo e “D. Sebastião” surge como o rei da exaltação e da loucura que encarna o Messias, construtor do Quinto Império.

Neste último poema, D. Sebastião surge como herói voluntário, simultaneamente responsável pelo declínio da nação, após a morte em Batalha, e pela ascensão espiritual, por via da incitação à ação, com vista à superação da mediania. Assim, D. Sebastião é um símbolo positivo no que à ousadia e coragem diz respeito, mas negativo no que concerne a tentativa de concretização do objetivo a que se propôs, ou seja, alcançar grandeza. Na combinação destes dois aspetos, D. Sebastião é o Messias, cuja atitude representa a postura que os portugueses

devem assumir em busca da grandeza para a nação, pelo que a morte do rei não foi um fim em si mesmo, pois a dimensão espiritual transcende a corpórea.

No canto quarto, “A Coroa”, expressa o símbolo da realeza e o poema “Nun’Álvares Pereira” está associado ao Portugal medieval, ao período que antecede o projeto de expansão marítima, mas cujos propósitos são transversais, pois combate-se o mal, buscando a verdade.

No canto quinto, “O Timbre”, insurge-se a marca do poder legítimo, que através da figura do Grifo simboliza a potência natural, cuja cabeça surge representada pelo “Infante D. Henrique”, pois é simultaneamente lúcido e visionário, já que idealizou a realização do império português; uma das asas do grifo é D. João, o Segundo, que desvenda o oculto associado ao mar e ao céu e a outra asa do grifo é “Afonso de Albuquerque”, que concretiza o império oriental português.

Deste modo, a primeira parte visa a exaltação das origens por via de mitos clássicos como o de Ulisses e do milagre fundador da nacionalidade, ou seja, o de Ourique, mostrando que a nação nasce de uma fusão entre lenda e fé. À exaltação alia-se o processo de construção e consolidação da nacionalidade em que os reis e heróis são apresentados não só como figuras históricas, mas também como símbolos de coragem, fé e visão, tais como D. Afonso Henriques que contribui para a construção da nacionalidade, D. João I que representa a consolidação da monarquia e da independência e o Infante D. Henrique cujo espírito visionário prepara a expansão marítima.

A segunda parte, intitulada o “Mar Português”, simboliza o modo de ser português, vocacionado para o mar e para o sonho, centrando-se nos heróis responsáveis pela expansão portuguesa e consequentemente pela época áurea e de consagração do país enquanto grande potência. Nesta parte, consagra-se a conquista dos mares, por via da vontade e ousadia nacional, que permitiram a consagração material de um querer impulsionado pela fé.

Assim, no poema “Infante” surge a concepção messiânica da História, em que o sonho deriva da vontade de Deus e da ação do homem para que a obra produza efeito. Nos restantes poemas apresenta-se a epopeia dos chamados “Descobrimentos”, pelo que o “Horizonte” invoca o mar e o espaço por descobrir como consubstanciando o sonho; o “Padrão” representa a posse da terra e a cristandade; “O Mostrengo” encarna os medos do mar e a coragem dos navegadores; o “Epitáfio de Bartolomeu Dias” assinala os perigos do mar através do Cabo das Tormentas e a promessa do Oriente com a capacidade que o navegador teve de o dobrar; “Os Colombos” remete para a “descoberta” da América e a questão associada ao achamento e o

“Ocidente” apresenta a “descoberta” do Brasil como resultado humano e divino. No poema “Fernão de Magalhães” afirma-se a necessidade de ousadia para manter a vontade e a ambição; a “Ascensão de Vasco da Gama” aponta para a união do ocidente e oriente e inaugura uma nova época caracterizada pelo amor cristão e pela racionalidade científica; o “Mar Português” destaca a preponderância dos intitulados “Descobrimentos” para a identidade histórica e cultural do país; a “A Última Nau” representa o sonho que ficou por cumprir e na “Prece” o sonho surge renovado com o pedido a Deus para a realização através do império espiritual.

Por um lado, nesta parte da *Mensagem*, o processo de expansão marítima é apresentado como uma narrativa mítica, em que o Infante D. Henrique e Vasco da Gama surgem como heróis messiânicos, e os símbolos do imperialismo, vistos como uma missão cultural e espiritual, já que o Quinto Império, destino universal de Portugal, pertence ao domínio transcendental, em vez de se traduzir numa dominação material. Nesta perspetiva, reforça-se a identidade nacional, ao mesmo tempo que se preconiza a ideia de destino histórico providencial de Portugal.

Por outro lado, Pessoa apresenta o mar como símbolo de coragem, sacrifício e destino universal, já que é simultaneamente espaço físico e metáfora do destino português, por isso poemas como “Os Colombos”, “Ocidente”, “Fernão Magalhães” e “Ascensão de Vasco da Game” retratam a coragem dos portugueses na consecução de cada uma das etapas da expansão marítima e o “Mostrengo”, “Epitáfio a Bartolomeu Dias” e “Mar Português” acentuam as dificuldades enfrentadas no mar e os sacrifícios feitos em prol da expansão marítima enquanto “A Última Nau” e “Prece” apontam para o sonho que preconiza o destino universal da nação portuguesa.

Assim, o mar que se apresenta como espaço físico da travessia marítima é também um espaço simbólico enquanto metáfora de coragem ao assumir uma tripla função: primeiramente, como testemunha do sacrifício humano, nomeadamente do sofrimento das mães e as noivas, cujos familiares morreram durante as viagens marítimas como se enuncia em “O Mar Português”: “Ó mar salgado, quanto do teu sal / São lágrimas de Portugal!” (60); em segundo lugar, como reflexo da coragem dos navegadores portugueses, que com ousadia enfrentaram o desconhecido e superaram os perigos do mar, como surge expresso em o “Adamastor”: “Quem é que ousou entrar/ Nas minhas cavernas que não desvendo, /Meus tectos negros do fim do mundo?” (52) e em terceiro lugar, como reflexo da identidade nacional, já que o mar é simultaneamente parte da missão histórica e projeção do destino universal como está expresso

em o “Infante”: “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce. / Deus quis que a terra fosse toda uma, / Que o mar unisse, já não separasse” (49).

Nesta parte, as glórias material e espiritual combinam-se através da dupla missão que se pretende cumprir, da mesma forma que o passado e o futuro surgem interligados, porque o passado contribui para a preparação do futuro, e o mar é a ponte entre a memória heroica e a expectativa messiânica que será desenvolvida na terceira parte.

A terceira parte, o “Encoberto”, manifesta a esperança de que o Império moribundo conduza à ressurreição, preconizando o sonho português. O Encoberto representa o Messias que tem como objetivo renovar a pátria, resgatando-a do nevoeiro e restaurando a época áurea, por via da construção do Quinto Império. O Messias encarna o mito sebastianista e traduz uma necessidade de ação, para que o ressurgimento ocorra.

Assim, o canto sétimo, “Os símbolos”, apresenta o significado atribuído ao Império, com o poema “D. Sebastião” a simbolizar o fim do império material e o início do império espiritual através da figura mítica do rei; o poema “O Quinto Império” aponta para a realização plena do futuro de Portugal; “O Desejado” representa o Messias; “As Ilhas Afortunadas” simbolizam a justiça e paz do Quinto Império e o poema “O Encoberto” sintetiza os símbolos que preconizam o desejo de realização do Quinto Império.

O canto oitavo, “Os avisos”, apresenta as três figuras que anunciam o Quinto Império como “O Bandarra” que profetiza o futuro de Portugal; “António Vieira” que anuncia a chegada do Quinto Império, espiritual, através da afirmação da cultura e da língua portuguesas, como exemplos da mensagem de Cristo e “Screvo meu livro à beira-mágoa” em que o poeta considera que a sua vida se dedica à realização integral de Portugal.

No canto nono, “Os Tempos”, explicitam-se os cinco períodos de aproximação histórica ao advento do Quinto Império desde a decadência de Portugal, com a morte de D. Sebastião e a perda de independência. Assim, o poema “A Noite” é o início da decadência do império português; a “Tormenta” representa Portugal no abismo; a “Calma” é o prenúncio da recuperação do Império português numa vertente espiritual; a “Antemanhã” anuncia o princípio após o triunfo sobre os obstáculos e o “Nevoeiro” aponta para a incerteza e indefinição, que tornam imperativa a necessidade de traçar novos rumos.

Por conseguinte toda terceira parte apresenta um tom visionário sobre o futuro da nação, com o poema “D. Sebastião”, “O Quinto Império”, “O Desejado”, “As Ilhas Afortunadas” e “O Encoberto” a evocarem os sinais e presságios associados à concretização da missão espiritual

que decorre do fim do império material. As mensagens proféticas que anunciam a necessidade e preparação para a consecução da missão estão presentes em “O Bandarra” e “António Vieira”. Enquanto a perspectiva de um futuro grandioso, proveniente da concretização da missão universal, surge expressa em “A Noite”, a “Tormenta”, a “Calma”, a “Antemanhã” e o “Nevoeiro” que representam o percurso que vai desde o reconhecimento da glória do passado, passando pela compreensão do sofrimento do presente como forma de concretizar a missão universal no futuro.

Deste modo, a *Mensagem* afirma-se como a reinterpretação simbólica de Portugal, pois apresenta a demanda da nação, que é partilhada pelo autor, visto que ambos ambicionam o Absoluto, procurando e revelando neste mundo, uma realidade que os transcende, por isso “o autor da *Mensagem* erigiu-se em mito” (Lourenço, *Fernando* 77) com o intuito de “como reflexo ou espelho do real....transfigurar esse real” (79). Pessoa apresenta o nascimento da nação e a concretização da mesma através do mar, sendo que a época áurea, já só pertence à memória, pelo que se torna preponderante recuperar o mito para fazer ressurgir a nação das cinzas.

No entanto, os laços com o passado não se consubstanciam numa perspectiva saudosista, mas numa análise integral e reflexiva como resposta à crise existencial e identitária do país, pois pretende-se promover uma reflexão crítica sobre a identidade cultural e histórica, reconhecendo o passado e analisando o presente num esforço de autoconhecimento nacional. Assim, a *Mensagem* não rejeita o passado, mas também não ambiciona restaurá-lo, pelo que ao reconhecer o valor do passado, reinterpreta-o assim como os respetivos símbolos nacionais.

Assim, a História de Portugal e o papel de Portugal no futuro encerram a ideia de predestinação nacional para a quimera, o mito, o sonho e, por isso, a natureza humana, tendo sido capaz dos feitos do passado, poderá projetar um ideal: “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce” (Pessoa, *Mensagem* 49, v.1). Na *Mensagem*, Pessoa aponta para o destino messiânico de Portugal, com a construção de um império perfeito e espiritual de paz universal. Portugal pode afirmar-se pela cultura, onde o poder criativo do mito despoleta o futuro promissor, com base no descontentamento do presente, como que reconhecendo que o passado já expirou, pelo que agora urge construir o futuro: um novo sebastianismo, que acentue a renovação.

Se o conceito de sebastianismo começou por ser associado ao regresso de D. Sebastião, figura responsável pela salvação da nação, para o poeta, D. Sebastião era a personificação de Portugal, pois tanto o rei como o país apresentam um percurso idêntico, com a crise nacional a corresponder ao desaparecimento do rei. Assim, o mito é simbolicamente reinterpretado, pois

não assenta no regresso do rei como forma de alterar o rumo da história, mas apenas se assume como sinónimo de esperança, ou seja, renovação.

O sebastianismo opera em Pessoa através da reorientação do simbolismo da figura do rei, já que se inscreve enquanto “figura simbólica de uma história universal” (Uribe e Sepúlveda 147). Em a *Mensagem*, D. Sebastião desempenha o papel de congregador no projeto da reformulação da identidade nacional, por isso “de objecto de mitificação colectiva, D. Sebastião volve-se objecto de apropriação colectiva, ao mesmo tempo, de absoluta «impessoalidade». O Portugal-D. Sebastião de Pessoa é todo-o-mundo-e-ninguém, como ele, Pessoa-D Sebastião, é ninguém-e-todo-o-mundo” (Lourenço, *O Labirinto* 141-42).

Os símbolos patentes na *Mensagem* permitem explorar a identidade nacional, relacionando a glória do passado com os objetivos futuros. Se, por um lado, os símbolos nacionais reforçam a perspetiva positiva sobre a pátria, traduzindo-se no orgulho nacional, por outro lado, os símbolos universais expressam as preocupações da humanidade. A interligação entre estas duas perspetivas conduz a que a incerteza impulse a participação ativa dos portugueses na construção do futuro.

A *Mensagem* é uma reflexão filosófica sobre as questões identitárias, na qual o providencialismo assume um papel fulcral. Na primeira parte, as personagens históricas são os heróis que têm como missão cumprir as diversas etapas do destino nacional. Na segunda parte, a questão do herói mitificado, escolhido para desempenhar a sua missão, alia-se à proteção da Providência divina, que é responsável pela escolha do herói, mas também surge como facilitadora da missão a cumprir. Na terceira parte, a consagração da nação é realizada em termos espirituais, na medida em que se crê num destino guiado por forças superiores com vista à consecução do destino transcendental.

Assim, os heróis da fundação da nacionalidade agem sabiamente, antevendo e planeando acontecimentos decisivos para a nação. Da mesma forma que D. Dinis teve a clarividência de mandar plantar o pinhal de Leiria, cuja madeira seria preponderante para a construção das naus, indispensáveis à concretização da expansão marítima (“o plantador de naus a haver” 24, v.2), também D. Sebastião assumiu a coragem de agir perante os desafios que lhe foram apresentados, mesmo que tenha sido por muitos interpretado como loucura, incitando assim à ação e à necessidade de combater a passividade (“Louco, sim, louco, porque quis grandeza ... Minha loucura, outros que a tomem” 33, v.1, 6).

Contudo, nem todos os atos são dependentes de uma vontade expressa pelo herói, mas de uma ânsia intrínseca, que deriva de uma escolha, a que o próprio é alheio. O Conde D. Henrique surge como a figura que despoleta a fundação da nacionalidade, mas o principal responsável dos seus atos é Deus, que o escolheu, sendo que ele apenas desempenhou os feitos para os quais estava predestinado. O herói surge representado como um espectador inconsciente de atos involuntários, pois assiste aos acontecimentos, vê-se com a espada na mão e cumpre aquilo para que estava predestinado. A inconsciência é reforçada pela dúvida expressa na interrogação retórica (“Que farei eu com esta espada?” 21, v.7), mas resposta à dúvida é apresentada em atos (“Ergueste-a, e fez-se” 21, v.8), tornando-se agente da mudança.

A ideia de povo predestinado alia-se também ao de papel fundamental na defesa da Cristandade, já que, na *Mensagem*, D. Afonso Henriques interpela o pai para lhe pedir a mesma força, agora necessária na investida contra os infiéis. Também em “D. Fernando, Rei de Portugal”, este recebeu de Deus a missão para liderar a “guerra santa”, colocando-se assim a incidência na busca de grandeza através das conquistas, mas com um propósito bem definido de evangelização.

As figuras preponderantes da segunda parte destacam a influência da Providência nas questões decisivas, seja como incidência na escolha de um povo, que por via do Infante, faz a obra nascer (“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce” 25, v.1), ou na força sobrenatural assumida em momentos difíceis, como no poema “O Mostrengo”, em que o povo desafia as dificuldades, impondo a sua vontade, que é também a vontade de Deus (“Sou um Povo que quer o mar que é teu ... Manda a vontade que me ata ao leme” 53, v.23,26).

A consciência da dependência que o povo português assume face ao divino na consecução dos seus feitos é evidente no poema “Padrão”, já que Diogo Cão compreende a insignificância humana face à grandeza dos feitos desenvolvidos, reconhecendo a influência divina em todo o processo assim como a necessidade da mesma para as futuras concretizações (“O por-fazer é só com Deus” 51, v.8).

Se na fundação da nacionalidade a intervenção divina é notória, também na expansão marítima, o processo deriva conscientemente de um destino previamente traçado, logo, no poema “Ocidente” este é metaforicamente assumido como um trabalho “com duas mãos- o Acto e o Destino” (56, v.1). Como os feitos e conquistas alcançados dependem da intervenção divina, a ambição portuguesa é definida como planeada e circunscrita, por isso, em “Os Colombos” a ambição não é desmedida, porque há uma consciência evidente de um destino a

cumprir e que só compete à nação aquilo para que está predestinada (“Foi achado, ou não achado/ Segundo o destino dado” 55, v.6). O “destino dado” assenta na incerteza, visto que independentemente da ambição, não se sabe o resultado de uma vontade ou ação específica, conhece-se apenas a capacidade de transformar esse acontecimento em história.

Depois de um percurso de grandezas e concretizações desde a fundação da nacionalidade até à expansão marítima, com o desaparecimento de D. Sebastião o Império desfez-se e uma nova ordem é instaurada. A providência divina continua a assumir um papel preponderante, na motivação para que a nação se possa reerguer. Assim, em a “Prece” estabelece-se a distinção entre o passado de tormenta e vontade, que se opõe a um presente caracterizado pelo silêncio e hostilidade, assumindo-se a saudade desse passado, pelo que o pedido é feito diretamente a Deus, para que intervenha, conferindo o incentivo necessário para transformar o presente.

Os símbolos associados à terceira parte, seja “D. Sebastião”, “O Desejado”, “O Encoberto” ou o “O Quinto Império” apontam para a importância do mito do sebastianismo e do Quinto Império ao serem recuperados por Pessoa depois da centralidade anteriormente assumida na cultura e literatura portuguesa por outros autores. O primeiro aponta para a regeneração da nação, pois funciona como metáfora da esperança ao propor o renascimento espiritual de Portugal por via do herói messiânico cujo regresso simbólico traduz a consecução da missão universal e o segundo representa a definição do objetivo a alcançar, numa perspetiva de identidade coletiva, em que o Império terreno da segunda parte dá origem a um Império espiritual.

No poema “D. Sebastião” surge desenvolvida a ideia do mito sebastianista, já enunciada em “A última nau” quando se explicita que “Deus guarda o corpo e a forma do futuro” (61, v.10). Assim, independentemente de D. Sebastião ter morrido, os sonhos devem manter-se, até porque ficaram guardados por Deus. Aqui o mito sebastianista assume-se como teoricamente diferente, pois não assenta no regresso do rei, mas na concretização dos sonhos.

A predestinação nacional e consequentemente de heróis específicos para concretizarem os feitos definidos, apontam para a predestinação divina e influência constante de Deus na História de própria nação, pelo que na terceira parte, Deus se assume como missão. Assim, os mitos, os heróis e destino providencial são essenciais para o renascimento espiritual de Portugal.

Em “O Desejado”, aponta-se para a importância de um novo herói para reerguer a nação e conduzi-la à concretização do novo destino. Este é associado a uma concretização espiritual, pois o herói é identificado enquanto Galaaz e o destino assenta no Santo Graal. Em “O

Encoberto” o destino da nação surge associado ao de Cristo, pois tal como ele morreu na cruz, também a nação perdeu a sua grandiosidade com a morte de D. Sebastião, contudo, ambos encarnam o mito, que estimula a ação futura.

Na forma como os heróis são apresentados, o pensamento providencialista dá origem a uma aproximação à estética da heteronímia pessoana. Apesar de não existirem heterónimos explícitos, por um lado, a *Mensagem* estrutura-se por via da despersonalização do eu lírico, que tanto representa heróis, como símbolos ou mitos, por outro lado, alguns heróis dividem-se em *personas* que agem, mas também se veem a agir. Assim, a fragmentação consubstancia-se de duas formas, em alguns casos o herói é a figura a que o poema se refere e noutros o próprio sujeito poético. O carácter fragmentário da obra acentua a despersonalização, na medida em que está dividida em vários poemas, subordinados a diversas figuras que se constituem como heróis.

Nos diversos poemas dedicados a D. Sebastião, oscila-se entre a primeira pessoa e a terceira pessoa, sendo o rei simultaneamente sujeito poético e interlocutor. Em “D. Sebastião, Rei de Portugal”, o sujeito poético assume-se como o próprio rei, que se autocaracteriza, usando um aspeto negativo com conotação positiva, pois a loucura das suas ações teve como justificação a ambição e incita à ação como forma de recuperar a grandeza perdida. Em “D. Sebastião” o rei assume-se, na primeira pessoa, como fisicamente morto, mas renascendo messianicamente na figura de mito. Em “o Desejado” o sujeito poético refere-se ao Rei que, apesar de morto, continua a ser sonhado para a consagração do futuro de Portugal.

No poema “O Quinto Império” preconiza-se o império espiritual que sucede aos quatro grandes impérios já existentes no passado (“E passados os quatro/Tempos do ser que sonhou” 73, v.16-17) e que decorre do renascimento após o declínio da nação (“A terra será teatro/Do dia claro, que no atro/Da erva noite começou” 73, v.18-20), com D. Sebastião a assumir-se como símbolo desta mudança porque se aponta para a consciência de que será apenas modelo de inspiração: “Quem vem viver a verdade/Que morreu D. Sebastião?” (73, v.25).

Se a segunda parte da *Mensagem* representa o período da expansão marítima, com a descoberta de novas regiões, dando o mundo a conhecer a todos, como se enuncia em “O Infante”: “E a orla branca foi de ilha em continente,/ Clareou, correndo até ao fim do mundo E viu-se a terra inteira, de repente” (49, v.5-7), o período que se segue é transitório, pois o império terreno apresenta-se como uma fase de preparação para império espiritual e, por isso, o império terreno dará origem ao espiritual assim que a “noite” dê lugar à “Antemanhã”, que a

“Tormenta” conduza à “Calma” e os portugueses compreendam que “É a Hora” (91) de dissipar o “Nevoeiro” e construir uma nova supremacia.

Deste modo, a *Mensagem* surge como uma autognose nacional, pois analisa o percurso histórico da nação, desde a fundação, passando pela época áurea e culminando no marasmo latente e duradouro de que é necessário sair. Como a glorificação passada se opõe à realidade contemporânea, Pessoa relembra os feitos históricos como parte integrante da formação da identidade nacional, propõe a análise crítica face à crise identitária em que o país se encontra e apresenta a questão providencial e mítica como forma de projetar um futuro de regeneração. A *Mensagem* coloca o ónus na reflexão sobre a identidade, destacando a glória passada, mas demonstrando a possibilidade de glória futura, pois a consciencialização do presente, pode permitir configurar o papel da nação para o futuro.

Fernando Pessoa faz na *Mensagem* uma reflexão aprofundada sobre a identidade, dando o devido valor à história e ao peso que esta deverá ter na busca do caminho perante as adversidades e na projeção do futuro. Assim, a obra não é apenas um produto poético, mas também histórico e político, já que reflete a preocupação com a decadência de Portugal devido à estagnação política e cultural que conduz à ditadura salazarista e apresenta um projeto de regeneração da nação como forma de ultrapassar a declínio latente. Para o poeta, o que nos define é a possibilidade de nos reinventarmos e de regenerarmos a glória, que consideramos perdida no passado longínquo, assumindo o valor enquanto nação no presente. Consequentemente, a preponderância que o poema épico-lírico assume em relação à história da nação, pretende-se que seja replicada em relação ao destino da nação.

A *Mensagem* deve ser lida como a epopeia do devir, como o sonho transposto para a realização e como loucura consciente, em que “Fernando Pessoa prefere inventar Portugal” (Coelho 201), numa perspetiva em que “literariamente, o passado de Portugal está no futuro” (201). Assim, o futuro de Portugal centra-se no sonho, com a *Mensagem* a reduzir o passado a símbolos e a subestimar a epopeia dos chamados “Descobrimentos” pela condição terrena, já que “é tão só em função do futuro que o passado comparece na *Mensagem*” (201).

O poema épico-lírico apresenta diversas linhas orientadoras e estruturantes que contribuem para a definição do conceito de identidade, como é o caso da superiorização do país face aos restantes, o conceito de mito enquanto criação e o providencialismo divino.

Quando em “O dos Castelos” se procede à localização geográfica de Portugal, parte-se de uma perspetiva geral, ou seja, do país como pertencendo à Europa, para uma perspetiva

particular em que se percebe a sua importância. Em primeiro lugar, a Europa é representada pela sua dimensão, pois estende-se de Oriente a Ocidente. Em segundo lugar, surge associada à imponência, agora perdida, pois os dois grandes impérios, grego e romano, não passam de uma lembrança assim como o império colonial inglês. Finalmente, conjugando estas duas componentes, a zona mais Ocidental da Europa, ou seja, Portugal surge em destaque, pela importância que se prevê vir a assumir no futuro. Assim, Portugal surge como superiorizado na conjuntura europeia, já que se destaca de entre todos os países, nomeadamente os que se apresentaram como grandes potências no passado. O país surge personificado enquanto o rosto da Europa e assume-se como o futuro da mesma, pelo que lhe cabe a responsabilidade de restaurar as glórias do passado ao projetar um novo futuro.

A questão do mito é transversal a uma grande parte dos poemas que compõe a *Mensagem*, pois representa Portugal nas três fases distintas da sua existência, ou seja, a fundação, a consolidação/declínio e renascimento da nação, numa perspetiva de apresentar a imagem do passado, do presente e do futuro.

Na primeira parte, em “Ulisses”, o mito surge na sua dimensão criadora e simultaneamente inspiradora e, por isso definido como nada e tudo. O nada representa a inexistência e o tudo a capacidade que tem de potenciar novas realidades. Paralelamente, Ulisses é a figura mitológica que não tendo existido, impulsionou a ação, revelando a perfusão entre a realidade e lenda e consequentemente a capacidade criadora. Também em “D. Sebastião, Rei de Portugal” o mito surge reconfigurado enquanto mito sebastianista, pois D. Sebastião assume duas vertentes distintas: a corpórea que ficou no areal onde morreu e a espiritual que se traduz na inspiração para a ação. A loucura surge como responsável pelas decisões tomadas pelo rei e que conduziram à sua morte, mas a mesma loucura deve influenciar ações futuras, pois é condição essencial para despoletar a ação. Na terceira parte, o mito sebastianista surge associado à morte do rei e à possibilidade de regresso, pois no poema “D. Sebastião”, a figura do rei volta a surgir dividida em duas *personas*: a que morreu no areal e a que se guardou com Deus, sendo a última a representação da capacidade criadora. A figura do rei morto no areal é um símbolo do passado e a da centelha divina uma projeção futura de renovação. Nesta mesma parte, o mito consubstancia-se por via do Quinto Império, já que os quatro impérios passados deverão dar origem a uma nova supremacia, que anseia a mudança, pois não se contenta com o alcançado e aspira mais e melhor. Nesta perspetiva messiânica, o Quinto Império não tem de ser uma conceção material, mas civilizacional.

No que concerne o providencialismo divino, este assenta na figura de Deus que assume diversas funções, ou seja, como decisor, impulsionador e protetor. Por um lado, Deus escolhe o povo, os heróis e os feitos, por outro lado, é responsável pela concretização dos objetivos por si definidos, surgindo também enquanto figura protetora da nação por ele eleita. Consequentemente protege figuras específicas da história nacional, porque as escolheu para levar a cabo a sua missão: D. Fernando não tem receio pelo que o futuro lhe reserva, pois está com Deus (“cheio de Deus, não temo o que virá” 30, v.13), D. Sebastião foi preservado por Deus após a morte (“com Deus me guardei” 71, v.6) e o Bandarra recebeu a proteção divina ao ser por ele escolhido (“Deus sagrou com o seu sinal” 79, v.6).

A *Mensagem* comporta duas tendências distintas associadas (dois ritmos distintos associados) à existência nacional: por um lado, o da vontade épica, ligado ao passado glorioso e aos feitos preconizados pelo povo português durante a expansão e, por outro lado, o dos delírios e sonhos, que apontam para uma concretização futura, dependente de impulsos mitológicos.

Deste modo, Portugal constrói sobre uma imagem desfocada de um passado heroico ao qual não pode voltar, entregando-se à letargia e marasmo do qual não consegue sair. Contudo, o passado deve ser encarado como um símbolo, da mesma forma que os mitos se assumem como motivadores e impulsionadores da ação, alertando para a necessidade de alterar o rumo da nação.

As duas vertentes antagónicas que caracterizam a existência nacional, por um lado, a autoconfiança excessiva na capacidade e na concretização de todos os feitos, por outro lado, a autodepreciação latente na crença de incapacidade para alterar o rumo da nação, traduzem-se em dois ritmos distintos. Logo, o passado rivaliza com o presente, sendo o primeiro marcadamente positivo e o segundo consubstancialmente negativo. A perspetiva negativa sobrepõe-se à positiva, pois opta-se pela passividade e acredita-se na incapacidade de repetir o passado.

Contudo, em a *Mensagem* a ideia não é de se reviver um passado épico, mas o de encontrar o rumo para um futuro de renovação. A imagem desfocada deriva de uma imagem irrefletida devido à ausência de autocritica, pois a consciência do passado épico, não permite compreender a necessidade de ação para tornar o futuro também épico. A falta de espírito crítico inviabiliza a consciência da capacidade portuguesa para redefinição dos objetivos nacionais em prol da sua concretização.

Assim, a *Mensagem* de Fernando Pessoa apresenta duas imagens dicotómicas de Portugal associadas a dois períodos temporais distintos: passado e presente. Como o primeiro é positivo,

pois refere-se ao período da fundação e época áurea da nação, por contraste, o segundo é marcadamente negativo, na medida em que representa o declínio e estagnação nacional e assume-se como um período de transição para um futuro que surge como sinónimo de incógnita face às imagens que perduram.

Nesta ótica, em a *Mensagem* os três períodos temporais, ou seja, o passado, o presente e o futuro representam três momentos fundamentais na obra, isto é, o Nascimento, a Realização/Morte e o Renascimento, pelo que a interligação entre os diferentes momentos da estrutura tripartida se consubstancia através das três linhas orientadoras na construção do poema épico-lírico: os heróis, a componente mítica e a questão religiosa.

O primeiro poema desta obra épico-lírica coloca o foco na localização geográfica de Portugal de forma a destacar o país relativamente às restantes nações que se assumiram como grandes potências no passado, para passar a desfilarmos um conjunto de heróis que definem a identidade do país pelos feitos desenvolvidos. Os heróis apresentados são bastante diversificados, na medida em que surgem poemas que representam figuras da realeza e outros dedicados a navegadores, generais ou governadores. Os poemas, individualmente, têm como objetivo reforçar a importância que cada um teve para a nação, pelos feitos desenvolvidos na construção, manutenção ou expansão da mesma.

Ainda que a maioria das figuras apresentadas sejam masculinas, a presença de duas figuras femininas merece destaque: D. Tareja e D. Filipa de Lencastre. Elas são as mães da nacionalidade que marcam o início e a possibilidade de continuidade de cada uma das dinastias. Deste modo, a primeira é denominada de “mãe de reis e avó de impérios” (22, v.3) enquanto a segunda é considerada “humano ventre do Império, / Madrinha de Portugal” (26, v.8).

As figuras mitológicas também assumem a sua importância, pelo que na primeira parte surge em destaque Ulisses e o na segunda o Mostrengo. Ulisses representa a capacidade criadora, já que enquanto mito contribui para a ação e o Mostrengo simboliza os perigos e adversidades do mar com a sua capacidade destruidora, mas que mesmo assim não consegue fazer face à perseverança e coragem dos navegadores portugueses.

Nesse sentido, a ideia do mito assume um papel muito importante na *Mensagem*, sendo a obra estruturada em torno de dois mitos essenciais: o mito do Sebastianismo e o mito do Quinto Império. O primeiro assenta na figura do rei D. Sebastião que desapareceu em batalha, mas que representa a época áurea da nação e, por isso, em termos míticos personifica a coragem e audácia de agir de forma a concretizar os objetivos definidos para a vangloriação da nação. O segundo

mito representa a perspectiva de contruir um futuro de concretização nacional, permitindo que Portugal se assumia como quinto grande império. Os dois mitos surgem de alguma forma interligados, visto que o primeiro assenta numa mudança de atitude que pode conduzir à concretização do segundo.

O mito sebastianista e o do Quinto Império estabelecem a relação entre os três períodos temporais representados na obra, ou seja, o passado glorioso, o presente de decadência e o futuro de redenção, pois o primeiro conduz à consecução do segundo. Independentemente de estes dois mitos serem reinterpretados por Fernando Pessoa, é notória a renovação de que ambos são alvo porque no sebastianismo pessoano, o rei é o modelo de ousadia e ambição, não sendo ele o responsável direto pela mudança e no modelo de Quinto Império o ideal é apenas atingível a nível espiritual. Assim, ambos os mitos têm uma componente criativa que potencia a ação histórica e estrutura a esperança messiânica, sendo instrumentos de regeneração nacional.

A questão religiosa apresenta também na *Mensagem* uma preponderância notória, já que Deus se assume simultaneamente como impulsionador e agente nos três momentos distintos: passado, presente e futuro. Se no primeiro, Deus surge associado aos diferentes heróis que contribuíram para a construção da nação portuguesa, no segundo, a expansão portuguesa deriva da ajuda divina e num terceiro, o futuro a construir depende também da influência divina: “Deus guarda o corpo e a forma do futuro” (61, v.10).

Deste modo, a imagiologia nacional construída com base na autognose representada na *Mensagem* de Fernando Pessoa apresenta uma fixação numa imagem épica de passado, que resultou numa estagnação presente e em que se auspicia uma nova concretização, dependendo disso uma alteração de postura. Consequentemente, a imagem é distorcida porque não há confiança suficiente para acreditar na possibilidade de reinventar a história e a inércia surge como subterfúgio para a ausência de crença nas capacidades de um povo. Assim, apenas a ajuda divina ou a influência do mito poderão contribuir para a alteração da imagem negativa criada face ao presente e que se opõe à conceção marcadamente positiva do passado.

Em suma, a literatura portuguesa consagra uma longa tradição de reflexões críticas sobre o modo de ser português numa perspectiva de repensar Portugal. Contudo, este processo nunca está completo e funciona de forma diacrónica e sincrónica, contemplando a consagração do passado, do presente e do futuro e invertendo a tendência de uma imagem desfocada e irrefletida que deriva de uma análise incompleta ou da ausência de reflexão crítica.

A imagiologia nacional preconizada por Eduardo Lourenço consubstancia-se na literatura através das questões da identidade, da identificação nacional e do destino pátrio, considerando que a ausência de análise racional coloca a identidade portuguesa dependente de mitos e sonhos que traçam uma imagem sustentada pela saudade face às glórias do passado e projetam uma grandiosidade futura, mesmo que o presente se caracterize pela decadência. Na *Mensagem*, Pessoa contribui para a autognose nacional, apresentando o futuro imaginado, que permitirá a concretização de Portugal enquanto Império espiritual, pelo que se passa do domínio da realidade para a esfera da imaginação. Pessoa representa a perspectiva positiva da imagiologia nacional, quando recria a identidade nacional, apresentando o conceito messiânico, que projeta um novo Portugal no futuro. O poeta reconhece o valor de Portugal assim como a capacidade de recriação enquanto o nacionalismo profético se assume como uma construção mental que se projeta no futuro, com a imaginação a sobrepor-se à realidade, já que “a atenção dos órficos desloca-se do Portugal – presente e da sua realidade concreta para a realidade imaterial e simbólica do Portugal-futuro (Piedade, “Eça e Pessoa” 120). A atividade interventiva de Pessoa consubstancia-se no mistério, no sonho, no mito, na quimera com vista à concretização da missão universal.

Obras Citadas

- Catroga, Fernando e Paulo A.M. Archer de Carvalho. “Fernando Pessoa, o oráculo do modernismo” in *Sociedade e Cultura Portuguesas II*. Universidade Aberta, pp. 299-313.
- Coelho, Jacinto do Prado. “O nacionalismo utópico de Fernando Pessoa.” *A Letra e o Leitor*. Moraes, 1977, pp. 199-208.
- Cunha, Paulo. “Repensar Portugal - diálogos sobre identidade e atraso.” *International Studies on Law and Education*, vol. 9, 2011, pp. 5-12.
- Guimarães, Marcella. “Um diálogo histórico-literário com a *Mitologia da Saudade* de Eduardo Lourenço”. *Revista Letras*, no. 90, 2014, pp. 115-30.
- Lourenço, Eduardo. *O Labirinto da Saudade*. Publicações D. Quixote, 1982.
- . “Europa ou o Diálogo que nos falta.” *Heterodoxia I e II*. Assírio & Alvim, 1987, pp. 7-17.
- . *Fernando, Rei da nossa Baviera*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.
- . “Identidade e Memória – o caso português”, “Portugal – Identidade e Imagem” e “Nós e a Europa – Ressentimento e Fascínio.” *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, pp. 10-29.
- . “Portugal como Destino. Dramaturgia cultural portuguesa.” *Mitologia da Saudade seguido de Portugal como Destino*. Companhia das Letras, 1999, pp. 89-154.
- Negreiros, Almada. *Orpheu - 1915-1965*. Ática, 1993.
- Pessoa, Fernando. *Obra Edita*. Arquivo Pessoa, <http://arquivopessoa.net/textos/3090> e <http://arquivopessoa.net/textos/3101>
- . *Cartas a Armando Cortes-Rodrigues*. Livros Horizonte, 1985.
- . *Mensagem*, Planeta DeAgostini, 2006.
- . “O meu intenso sofrimento patriótico.” *Páginas Íntimas e de AutoInterpretação*. Edições Ática, 1966, pp. 7-9.
- . “O meu livro «Mensagem» chamava-se primitivamente «Portugal».” *Sobre Portugal – introdução ao problema nacional*. Edições Ática, 1978, pp. 179-80.
- . “O Português” e “O Sentido de Portugal.” *Sobre Portugal – introdução ao problema nacional*. Edições Ática, 1978, pp. 71-133.
- Piedade, Ana Nascimento. “Eça e Pessoa no limiar de um novo milénio: que «Civilização»?”, “Eça, Pessoa e o ‘esplendor de Portugal.’” *Outra Margem. Estudos de Literatura e Cultura Portuguesas*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, pp. 243-76.
- . “Eça de Queirós e Fernando Pessoa no Labirinto de Eduardo Lourenço.” *Colóquio Letras*, no. 170, 2009, pp. 132-37.
- . “Contornos da preocupação por Portugal no ensaísmo de Eduardo Lourenço.” *Literatura culta e popular em Portugal e no Brasil – homenagem a Arnaldo Saraiva- Ensaísmo e Crítica*. Edições Afrontamento, 2012, pp. 340-349.
- Uribe, Jorge, e Pedro Sepúlveda. “Sebastianismo e Quinto Império: o nacionalismo pessoano à luz de um novo *corpus*.” *Pessoal Plural*, no. 1, 2012, pp. 140-62.